



Decisão 02453/2024-5 - 1ª Câmara

Processo: 01196/2020-6

Classificação: Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

UG: IPAJM - Instituto de Previdência Dos Servidores do Estado do Espírito Santo

Relator: Donato Volkers Moutinho

Interessado: ROSANE OTTONI PASSOS

Responsável: JOSE ELIAS DO NASCIMENTO MARCAL

ATOS SUJEITOS A REGISTRO – APOSENTADORIA – REGISTRO.

Os processos de controle externo nos quais é apreciada a legalidade de atos sujeitos a registro possuem natureza de fiscalização, como estabelece o art. 50, inciso II, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual 621, de 8 de março de 2012;

Como em toda a atuação fiscalizadora, a análise efetuada pelo Tribunal no caso da apreciação da legalidade dos atos sujeitos a registro tem um escopo definido, que é selecionado tendo em conta os elementos mais relevantes que originam o direito e o risco de não conformidades, a fim de se identificar possíveis ilegalidades;

É o próprio Tribunal quem define quais documentos e informações – bem como o seu formato e o modo de envio

–, devem lhe ser encaminhados com vistas à apreciação da legalidade dos atos sujeitos a registro;

A eventual ausência de informações que, embora não previstas no ato normativo específico que regulamenta o encaminhamento dos atos sujeitos a registro ao Tribunal, o Ministério Público junto ao Tribunal reputa como relevantes, sem comprovação de situação que pudesse indicar ausência de cumprimento dos requisitos para a concessão do benefício, incorreção na fixação de seu valor ou qualquer ilegalidade material, não impede o registro do ato cuja legalidade é apreciada;

Apresentados, pelo instituto de previdência, os documentos e informações previstos no ato normativo específico; e efetuado o exame, nos moldes normatizados pelo próprio Tribunal, sem a identificação de ilegalidades; considera-se cumpridos os requisitos legais e constitucionais para a concessão de benefício previdenciário, de modo que o ato administrativo respectivo deve ser registrado pela Corte de Contas.

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO DONATO VOLKERS MOUTINHO:

RELATÓRIO

Trata-se do ato de concessão inicial de aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais, à Sra. Rosane Otttoni Passos, a partir de 26 de abril de 2018, consubstanciado na Portaria 1569/2018 (doc. 4, p. 32), com fundamento no então art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que se submete à apreciação deste Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) para fins de registro.

A unidade técnica se manifestou pelo registro através da Instrução Técnica Conclusiva (ITC) 3961/2022 (doc. 6). Por outro lado, o Ministério Público junto ao TCEES (MPC) se manifestou pela realização de diligência ao órgão de origem, através do Parecer MPC 5814/2022 (doc. 9), no qual o procurador de contas, em síntese, alega serem irregulares: (a) ausência de autorização para registro de admissão da servidora; (b) a omissão de dispositivos constitucionais e legais que regulamentam a concessão da aposentadoria, a fixação e a revisão dos proventos; (c) a falta de evidenciação da legalidade da fixação dos proventos ante a ausência e/ou parcial informação na planilha de fixação do fundamento legal que demonstre o valor atualizado das parcelas que compõem o cálculo do provento.

Em seguida, os autos vieram ao relator para a emissão de relatório e proposta de voto.

É o relatório.

FUNDAMENTOS

Trata-se de ato de concessão inicial de aposentadoria, encaminhado ao TCEES com vistas à apreciação de sua legalidade, para fins de registro, com fundamento no art. 71, inciso III, da CF/1988.

A interessada aposentou-se no cargo de Médico, II-7 da Secretaria de Estado de Saúde. Contava, na data da aposentadoria, com 67 anos de idade e 25 anos e 27 dias de tempo de contribuição (doc. 3, p. 76), cumprindo os requisitos exigidos pela então redação do art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, da CF/1988, quais sejam, para mulher: idade mínima de 60 anos, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se deu a aposentadoria.

Os proventos proporcionais foram calculados com base na média dos 80% maiores salários de contribuição e no tempo de contribuição, comparado com o valor da última remuneração, prevalecendo o menor valor apurado, e fixados no valor de R\$ 3.308,74 (doc. 4, p.26), conforme detalhado na referida ITC (doc. 6).

Apesar dessas informações e em divergência com a unidade técnica, o procurador de contas requereu que seja determinada a realização de diligência ao órgão de origem do ato de concessão inicial de aposentadoria examinado, ante a suposta presença das irregularidades indicadas no relatório deste voto. Requereu ainda o sobrestamento do feito até decisão nos autos do Processo TC 9565/2015, que trata da admissão no cargo efetivo em que se aposenta a beneficiária.

Em relação à suposta irregularidade (b), de omissão de dispositivos constitucionais e legais que regulamentam a concessão da aposentadoria, a fixação e a revisão dos proventos, o procurador de contas apontou que a Portaria 1569, de 17 de setembro de 2018, falhou em não mencionar expressamente os dispositivos que indica. Semelhantemente, na irregularidade (c), ele apontou suposta falta de evidenciação dos fundamentos legais na planilha de fixação dos proventos, pois não estariam presentes todas as leis e normativos que porventura fixaram ou modificaram o vencimento, o subsídio ou quaisquer outras parcelas remuneratórias ao longo da vida laborativa do servidor.

Nota-se, portanto, que as razões ministeriais se fundamentam na ausência de informações ou de apontamento de normas, que segundo o procurador de contas deveriam compor o ato de concessão inicial da aposentadoria e a planilha que trouxe as rubricas que compõem os proventos.

Neste ponto, é importante destacar a competência de apreciação de legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão inicial de aposentadoria, atribuída aos tribunais de contas pelo art. 71, inciso III, da CF/1988, é exercida pelo TCEES em processos cuja natureza é de fiscalização, como estabelece o art. 50, inciso II, alínea "a", da LC 621/2012.

Em consequência, como em toda a atuação fiscalizadora, a análise perpetuada pelo Tribunal tem um escopo definido, cujos elementos são averiguados pela unidade técnica competente. Esse escopo, no caso dos atos de concessão de benefícios previdenciários, é selecionado tendo em conta os elementos mais relevantes que originam o direito e o risco de não conformidades, a fim de identificar possíveis ilegalidades.

Nesse contexto, é o próprio TCEES quem define quais documentos e informações – bem como o seu formato e o modo de envio –, devem lhe ser encaminhados com vistas à apreciação da legalidade dos atos sujeitos a registro. Por força do art. 20-B, § 4º, da Instrução Normativa (IN) TC 68, de 8 de dezembro de 2020, os atos de concessão inicial de aposentadorias, reformas e reservas, expedidos a partir de 1º de julho de 2022, devem ser encaminhados ao Tribunal nos moldes exigidos pela referida IN. Por outro lado, no caso de atos expedidos antes dessa data, o encaminhamento deve observar as exigências previstas na IN TC 31, de 2 de setembro de 2014.

Como a expedição da Portaria 1569 se deu em 17 de setembro de 2018, aplica-se ao caso dos autos a IN TC 31/2014, cujo art. 15 arrola os documentos e informações a serem enviados ao Tribunal. Ademais, nos termos de seu art. 4º, a análise desses documentos cabe à unidade técnica competente, que emitirá a instrução técnica contendo relatório com a transcrição das informações, análise fundamentada e conclusão com a proposta de encaminhamento.

No caso em tela, como evidencia a ITC 3961/2022 (doc. 6), o Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal (NRP) cumpriu tais requisitos, na medida em que analisou os elementos necessários para a concessão do benefício, o cálculo dos proventos e a formalização do ato concessor. Nessa análise, não constatou a ocorrência de quaisquer ilegalidades e, em consequência, propôs o registro do ato administrativo.

Dessa forma, a unidade técnica, que possui competência, capacidade e expertise técnica para a análise dos atos de pessoal sujeitos a registro, efetuou o exame nos moldes normatizados pelo próprio Tribunal e reputou suficientes os elementos colacionados nos autos, em cumprimento a IN TC 31/2014, para fins de registro.

Por outro lado, o procurador de contas entende que a falta de expressa menção a determinados dispositivos normativos no ato concessor e do fundamento legal de todas as rubricas que impactam os proventos implica em automática ilegalidade do ato concessor do benefício. Contudo, não aponta – e muito menos comprova – nenhuma situação que pudesse indicar ausência de cumprimento dos requisitos para a concessão da aposentadoria examinada, incorreção na fixação do valor do benefício ou qualquer

ilegalidade material no benefício concedido, razão pela qual sua posição não deve prosperar.

A eventual falta de informações que, embora não previstas no ato normativo específico que regulamenta o encaminhamento dos atos sujeitos a registro ao TCEES, o procurador de contas reputa como relevantes não implica na ilegalidade da concessão do benefício previdenciário. Ao contrário, a denegação do registro, prevista no art. 117, inciso II, da LC 621/2012, somente deve ocorrer quando comprovada a existência de ilegalidade, tendo em conta o escopo de análise definido pelo Tribunal.

Adicionalmente, esta Corte de Contas tem, reiteradamente, entendido que a eventual ausência ou incompletude de informações ou indicação específica da base legal do vencimento ou de rubricas componentes do ato concessório ou da planilha de fixação dos proventos não seriam suficientes para denegar o registro do ato concessor. Nesse sentido, por exemplo, têm-se os seguintes julgados:

Acórdão TC 1061/2022 – Plenário. Excerto 314/2022-2.

PEDIDO DE REEXAME – PROVENTOS DE APOSENTADORIA – NÃO PROVIMENTO AO RECURSO – ARQUIVAR.

Cumpridos os requisitos legais e constitucionais para a concessão de aposentadoria, o ato administrativo respectivo deve ser registrado pela Corte de Contas.

[...]

[...] Primeiramente, com relação à ausência da fundamentação legal das rubricas e de demonstração dos suportes fáticos relativos às gratificações incorporadas aos proventos, fundamenta-se o douto representante do Parquet de Contas na IN/TC 31/2014, alterada pela IN/TC 62/2020, que estabelece que o protocolo deverá conter o original do ato concessório, constando os dispositivos legais da aposentadoria e o amparo legal da fixação dos proventos.

[...]

No mesmo sentido, o Ministério Público de Contas - quando as irregularidades do ato concessório limitam-se à insuficiência de fundamentação do ato concessório e à ausência de indicação da base legal dos vencimentos ou do Adicional de Tempo de Serviço - tem opinado pelo registro do ato e expedição de recomendações.

[...] Vê-se, portanto, que não há impedimento para o registro do ato concessório em face dessas irregularidades, bastando que sejam adotadas as recomendações supracitadas, o que já foi feito pela Decisão n.º 4074/2021 – Segunda Câmara, ora impugnada.

Não há, dessa forma, um vício grave e, estando claro o objeto e os motivos que justificam a existência do ato concessório, deve-se adotar o princípio do formalismo moderado (art. 52, Lei Orgânica do TCEES), a fim de garantir assim celeridade e a duração razoável do processo.

[...] Ante o exposto, acompanhando parcialmente a área técnica para CONHECER o recurso e NÃO ACOLHER a preliminar de nulidade, e divergindo,

quanto ao mérito, da Instrução Técnica de Recurso n.º 00250/2022-6 e do Ministério Público de Contas, para NEGAR PROVIMENTO ao recurso, proponho VOTO no sentido de que o Colegiado aprove a minuta de deliberação que submeto à apreciação. (grifo nosso).

Acórdão 938/2023 - Plenário
PEDIDO DE REEXAME – PROVENTOS DE APOSENTADORIA – NÃO PROVIMENTO AO RECURSO – ARQUIVAR

1. Cumpridos os requisitos constitucionais e legais para a concessão de benefício previdenciário, não havendo vício grave, em observância aos princípios do formalismo moderado, da celeridade processual e da segurança jurídica, contidos no art. 52 da Lei Complementar 621/2012, o ato administrativo respectivo deve ser registrado pela Corte de Contas.

[...]

No mérito, como já informado, o Representante do Parquet, defende que a decisão recorrida deve ser reformada para que para que seja negado registro à Portaria n. 125/2019, sob os seguintes fundamentos:

(a) omitem-se dispositivos constitucionais e legais que regulamentam a concessão da aposentadoria e a fixação e revisão dos proventos (a Portaria não menciona o art. 2º da EC 47/2005 e o art. 10 § 7º da EC 103/2019);

(b) a legalidade da fixação dos proventos não está plenamente evidenciada em razão da ausência e/ou parcial informação na planilha de fixação do fundamento legal que demonstre o valor atualizado de parcelas que compõem o respectivo cálculo e/ou que autoriza a incorporação destas à remuneração do servidor.

Cinge-se a controvérsia, portanto, a uma possível insuficiência de fundamentação no ato concessório e na planilha de fixação. No que concerne à ausência de informações que se afiguram importantes para a completude da análise do ato, relativas à forma de fixação e revisão do respectivo benefício, bem como a "necessidade de retificação da planilha de fixação de proventos para que faça constar o completo suporte legal da rubrica "vencimento", assim como todas as leis posteriores que tenham modificado o seu valor", este Tribunal de Contas já vem entendendo pela inexistência de vício grave capaz de justificar a negativa de registro, com base no princípio do formalismo moderado, a exemplo do seguinte precedente:

[...]

É preciso esclarecer, de plano, que não há indícios nos autos da ocorrência de irregularidades de ordem material na concessão do benefício, e tampouco são levantadas nas razões recursais, o que se questiona são incompletudes na elaboração do ato concessório e na elaboração da tabela de fixação dos proventos.

[...]

Dessa forma, a decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos, haja vista o preenchimento dos requisitos constitucionais e legais para concessão do benefício.

Não havendo, portanto, um vício grave e estando claro o objeto e os motivos que justificam a existência do ato concessório, deve-se adotar o princípio do formalismo moderado (art. 52, Lei Orgânica do TCEES), a fim de garantir assim celeridade e a duração razoável do processo, evitando-se males maiores, tais como a decadência do poder-dever de analisar o ato concessório (STF - Tema 445) ou o atraso para a compensação previdenciária por parte da origem, quando for o caso.

Ante o exposto, divergindo da área técnica e do Ministério Público de Contas, proponho VOTO no sentido de que o Colegiado aprove a minuta de deliberação que submeto à apreciação.

Aliás, em casos semelhantes, o Plenário do Tribunal tem entendimento firme em pela aplicação dos princípios do formalismo moderado e da segurança jurídica, esculpido no art. 52 da LC 621/2012, de modo a permitir o registro do ato concessor, como evidenciam os seguintes recentes exemplos de aplicação dessa tese: Acórdão TC 910/2023 - Plenário (Processo TC 1624/2023), Acórdão TC 885/2023 - Plenário (Processo TC 1444/2023), Acórdão TC 912/2023 - Plenário (Processo TC 2631/2023), Acórdão TC 795/2023 - Plenário (Processo TC 1317/2023) e Acórdão TC 930/2023 - Plenário (Processo TC 1313/2023). De fato, não seria adequado que o legalismo exacerbado, o qual se atém a forma e não ao conteúdo do ato administrativo, prevalecesse sobre os princípios do formalismo moderado e da segurança jurídica.

Considerando que a unidade verificou o cumprimento dos requisitos de direito e de fato para a concessão inicial de aposentadoria, e tendo em conta o atual panorama no registro de atos de pessoal, que reconhece os princípios da segurança jurídica, boa-fé, razoabilidade e proteção da confiança legítima, as supostas irregularidades não são suficientes para a denegação do registro do ato concessório.

Na verdade, a análise dos documentos e informações enviados ao TCEES, em cumprimento à IN TC 31/2014, é suficiente para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, inclusive quanto ao valor dos proventos. Esse é o posicionamento, também, adotado pelo Tribunal nos citados julgados, na qual diante da ausência de vício grave capaz de justificar a negativa do registro, o registro deve ser realizado, com fundamento no princípio do formalismo moderado.

Quanto a irregularidade (a), o procurador de contas aponta a ilegalidade da concessão de aposentadoria ante a ausência do registro do ato admissional da beneficiária. Isso porque seria imperioso a análise da legalidade da admissão do servidor antes da concessão do benefício de aposentadoria, por ser obrigação constitucional, já que o regime próprio de previdência abrange, exclusivamente, servidor público titular de cargo efetivo, o inativo e seus dependentes. Assim, solicita o sobrestamento do feito até a decisão acerca da legalidade do ato admissional da ex-servidora objeto do Processo TC 9565/2015.

Em consulta ao Processo TC 9565/2015, verifica-se que a instrução processual já foi finalizada, sendo expedida a respectiva Instrução Técnica Conclusiva 2437/2024 (doc. 7) e o Parecer do MPC 2701/2024 (doc. 8), pugnando pelo registro do ato. Também já consta o Voto do Relator 3010/2024 9(doc. 9) no mesmo sentido, sendo o processo pautado, atualmente, para o dia 26 de julho de 2024 perante a 2º Câmara do Tribunal de Contas. Assim, em face da inexistência de divergências, ressaltando a concordância do MPC, deverá ocorrer o registro do respectivo ato, antes de qualquer decisão emanada nos presentes autos.

Se isso não fosse o suficiente, o próprio Tribunal dispôs quanto ao tratamento adequado quando a necessidade de análise da admissão antes do registro do ato de aposentadoria, como estabelece o art. 14, § 3º, da IN TC 31/2014:

Art. 14. Expirado o prazo de validade do concurso, o processo principal, será novamente remetido ao Tribunal de Contas, no prazo de 30 dias, para apreciação e decisão final sobre o procedimento, ouvindo-se neste caso o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

(...)

§3º. As admissões efetivadas após a entrada em vigor desta Instrução Normativa deverão ser previamente apreciadas para o registro da posterior aposentadoria, transferência para a reserva, reforma, e eventual pensão.

A segurada obteve aprovação no Concurso Público 1/2008 e nomeada para o cargo de Médico Patologista - Região Metropolitana, através do Decreto 459-S, de 6 de maio de 2009 (doc. 2, ps. 8-9, Processo TC 9565/2015).

Assim, sua admissão foi efetivada antes da IN 31/2014, de modo que não há obrigatoriedade de apreciação da admissão para registro de aposentadoria, já que não impõe tal obrigação a casos anteriores a sua vigência.

Há reiterada e pacífica jurisprudência do TCEES quanto aplicação do art. 14, § 3º da IN 31/2014 nos processos de registro por aposentadoria, pensão ou reforma. Por exemplo, em recente julgado, apoiado na manifestação da unidade técnica, o Plenário fundamentou o Acórdão 912/2023 - Plenário da seguinte maneira:

A – Da ausência de registro do ato admissional
No primeiro tópico de sua peça recursal sustenta, em síntese, o Ministério Público de Contas que o fato do processo de admissão da aposentanda estar

pendente de análise por esta Corte constituir-se-ia em impeditivo ao registro do ato de aposentadoria.

Quanto a esta alegação, entendemos que não assiste razão ao Recorrente eis que, conforme bem asseverado na Decisão TC 709/2023-Segunda Câmara, esta Corte tem entendimento pacificado no sentido de que “[...] a ausência de registro do ato admissional editado antes da IN/TC 31/2014 não obsta ao registro da aposentadoria ou pensão ou outro benefício posterior, mas somente as admissões ocorridas após a vigência da referida norma”.

A propósito, o art. 14, § 3º, da Instrução Normativa TC 31/2014 dispõe que as admissões ocorridas a partir de sua vigência devem ser apreciadas pelo TCEES previamente ao registro da aposentadoria, inexistindo, portanto, tal obrigação em relação às admissões ocorridas antes de sua vigência, tal como ocorreu no presente caso concreto.

Com efeito, é fato que o controle das remessas dos processos de admissão e dos respectivos concursos públicos faz parte das obrigações das Cortes de Contas, cabendo a elas, por intermédio de seus setores competentes, promover auditorias e apenar os gestores omissos, na forma dos dispositivos regulamentares. Todavia, ponderamos no sentido de que não é possível concluir que tais circunstâncias sejam condições imprescindíveis ao registro dos atos de aposentadoria, em especial se contrariarem o previsto no art. 14, § 3º, da Instrução Normativa TC 31/2014, o qual não impõe tal obrigação a casos anteriores a sua vigência.

[...]

Desse modo, conclui-se que a ausência da análise prévia, por esta Corte, do ato de admissão da senhora Angela Maria Pina Pinto, não é fato impeditivo ao registro de sua aposentadoria, devendo ser improvido o presente recurso quanto a este ponto.

De forma semelhante, consta expressamente na ementa do Acórdão TC 77/2022 – Plenário que o registro do ato admissional só é obrigatório para admissões posteriores a entrada em vigor da IN TC 31/2014, nos seguintes termos:

PEDIDO DE REEXAME – APOSENTADORIA SEM REGISTRO ANTERIOR DE ADMISSÃO – NÃO PROVIMENTO AO RECURSO – ARQUIVAR

1. Cumpridos os requisitos legais e constitucionais para a concessão de aposentadoria, o ato administrativo respectivo deve ser registrado pela Corte de Contas.

2. Somente nos casos de admissão em data posterior à entrada em vigor da Instrução Normativa TC 31/2014 torna-se obrigatória a apreciação prévia da admissão para o registro da aposentadoria.

Em igual sentido, vide, por exemplo: Acórdão 946/2023 – Plenário (Processo TC 2559/2023), Acórdão 850/2023 – Plenário (Processo 1454/2023), Decisão 175/2021 - 1ª Câmara (Processo 9160/2013), Decisão 703/2021 – 1ª Câmara (Processo 872/2017).

Desta forma, existentes os elementos comprobatórios de que a segurada foi aprovada em concurso público e devidamente nomeada, a ausência do seu registro de admissão não obstaculiza o direito de receber o benefício decorrente de aposentadoria. Tampouco

se mostra necessário o sobrestamento do feito e aguardar o registro do ato admissional nos autos do Processo TC 9565/2015.

Portanto, considerando os fundamentos expostos, aliados à jurisprudência acima colacionada, deve-se considerar descabidas as supostas irregularidades (a), (b), (c) apontadas pelo MPC.

Acrescenta-se, em face do pedido de diligência do MPC, que nos termos dos arts. 56, inciso I e 63, inciso II, da LC 621/2012, a realização de diligência tem por função o saneamento do feito, visando suprir a necessidade de algum dado, esclarecimento ou providência preliminar necessária a apreciação do ato para fins de registro. Todas as informações e documentos necessários estão presentes nos autos, permitindo a análise meritório final para fins de registro do ato concessório. Logo, não demonstrada qualquer ilegalidade, nem comprovada qualquer omissão, tampouco é necessária a realização de diligência.

Ademais, conquanto o MPC tenha solicitado a realização de diligência, a narração da ocorrência de supostas irregularidades por ele realizada evidencia, também, sua oposição ao registro do ato concessório examinado tal como expedido.

Assim, considerando que a documentação acostada aos autos e o fundamento legal do ato concessório evidenciam a regularidade do ato examinado, assiste razão à unidade técnica que se manifestou pelo registro do ato. Portanto, devem a diligência e o sobrestamento do feito requeridos pelo MPC serem indeferidos e o ato de concessão inicial de aposentadoria ser registrado pelo Tribunal.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Ante o exposto, acompanho o entendimento da unidade técnica, divirjo do Ministério Público junto ao TCEES e proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a minuta de deliberação que submeto à apreciação.

DONATO VOLKERS MOUTINHO

Relator

1. DECISÃO TC- 2453/2024-5:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas, em:

1.1. INDEFERIR os pedidos de sobrestamento e de diligência pleiteados pelo Ministério Público junto ao Tribunal;

1.2. REGISTRAR o ato de concessão inicial de aposentadoria à Sra. Rosane Otttoni Passos, a partir de 26 de abril de 2018, com os proventos fixados no valor de R\$ 3.308,74 (três mil trezentos e oito reais e setenta e quatro centavos), consubstanciado na Portaria 1569/2018 do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM);

1.3. Dar CIÊNCIA aos interessados e ao Ministério Público junto ao Tribunal, na forma regimental;

1.4. ARQUIVAR os autos após o trânsito em julgado.

2. Unânime.

3. Data da sessão: 09/08/2024 – 33ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Davi Diniz de Carvalho (presidente), Sebastião Carlos Ranna de Macedo e Sérgio Aboudib Ferreira Pinto.

4.2. Conselheiro Substituto: Donato Volkens Moutinho (relator).

5. Membro do Ministério Público de Contas: procurador de contas, em substituição ao procurador-geral, Heron Carlos Gomes de Oliveira.

CONSELHEIRO DAVI DINIZ DE CARVALHO

Presidente